

INVESTIGAÇÃO

Presidente do PL e Torres rompem pacto de silêncio

Costa Neto e ex-ministro respondem perguntas da PF; Bolsonaro e militares se calam

» INGRID SOARES
» VITÓRIA TORRES*

O pacto de silêncio entre Jair Bolsonaro e os militares chamados a depor, ontem, na Polícia Federal (PF), sobre a suspeita de articularem um golpe de Estado para manter o ex-presidente à frente do governo, foi rompido pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e pelo ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres. Segundo os advogados de ambos — que foram presos em outros episódios relacionados à possível quartelada —, eles não se calam diante dos investigadores.

A defesa de Costa Neto observou que o presidente do PL compareceu à PF e “respondeu a todas as perguntas” feitas pelos agentes. Entretanto, não deu maiores detalhes sobre o que teria sido indagado ao cliente.

Em relação a Torres, nota divulgada depois de cinco horas de depoimento salienta que o ex-ministro “respondeu serenamente a todas as perguntas que lhe foram formuladas”. “(Ele) esclareceu todas as dúvidas em relação aos fatos investigados e reafirma sua disposição para cooperar com as investigações. O ex-ministro acredita na Justiça e confia nas instituições brasileiras”, informou o texto assinado pelo advogado Eumar Novacki.

Apesar de não se saber o que relataram, o conteúdo passado por Costa Neto e Torres aos agentes da PF aumenta as preocupações de Bolsonaro e seus aliados, a pouco mais de 72 horas de um ato, domingo, na capital paulista, no qual o ex-presidente pretende fazer uma veemente defesa de si mesmo junto aos seus apoiadores. A preocupação é que as respostas dadas pelo presidente do PL e pelo ex-ministro potencializem aquilo que a PF sabe sobre o roteiro do suposto golpe, já entregue pela delação premiada do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, o tenente-coronel do Exército Mauro Cid.

Minuta golpista

Outro que disse ter respondido às perguntas da PF foi Filipe Martins, ex-assessor de Bolsonaro para assuntos internacionais. Também em nota divulgada pelos seus advogados, negou ter entregue uma “minuta de golpe” ao ex-presidente e que prestou um depoimento no qual foi “claro e objetivo”. Martins está preso desde a deflagração da Operação Tempus Veritatis, em 8 de fevereiro.

Redes sociais/Reprodução



Costa Neto e Torres (acima) falaram aquilo que Bolsonaro, Heleno, Nogueira e Netto se negaram (de alto a baixo)

A defesa do ex-presidente, por sua vez, afirmou, à saída do depoimento, que ele nunca foi “simpático” aos movimentos golpistas. Bolsonaro manteve-se em silêncio, de acordo com um dos advogados, Fabio Wajngarten. O ex-chefe do Executivo esteve na PF por aproximadamente 20 minutos e saiu sem falar com os jornalistas.

“Bolsonaro nunca foi simpático a qualquer tipo de movimento golpista”, disse Paulo Bueno, também da equipe de defesa do ex-presidente. Conforme enfatizou, o ex-presidente “não cometeu nenhum delito” e “não teme nada porque não fez nada”.

“Quero deixar claro que não é simplesmente o uso do exercício constitucional do silêncio, mas

uma estratégia baseada no fato de que a defesa não teve acesso a todos os elementos pelos quais está sendo imputado ao presidente a prática de certos delitos. Que fique claro o único motivo pelo qual fez uso do silêncio, foi dado ao fato de ele responder, hoje, a uma investigação semi-secreta”, salientou. Bueno acrescentou que a falta de acesso à delação de Mauro Cid e a conteúdos de mídias obtidas em celulares apreendidos nas operações da PF “impedem que a defesa tenha um mínimo de conhecimento de por quais elementos o presidente foi convocado ao depoimento”.

Assim como Bolsonaro, também se mantiveram calados os generais Walter Braga Netto

(ex-vice na chapa à reeleição do ex-presidente), Augusto Heleno (ex-diretor do Gabinete de Segurança Institucional), Paulo Sérgio Nogueira (ex-ministro da Defesa e Almir Garnier (ex-comandante da Marinha). No total, 23 pessoas se apresentaram para depor em Brasília, Rio de Janeiro, Vitória, São Paulo, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba e Campo Grande.

Parte da investigação é embasada no vídeo de uma reunião ministerial em 5 de julho de 2022 e em documentos de uma minuta golpista encontrados em operações deflagradas pela PF.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Bolsonaristas esperam até 700 mil domingo

» EVANDRO ÉBOLI

Os organizadores do ato em defesa de Jair Bolsonaro, neste domingo, em São Paulo, estimam que entre 500 mil a 700 mil pessoas devam comparecer à Avenida Paulista. Um dos advogados do ex-presidente, Fabio Wajngarten, afirmou, ontem, que a expectativa para o ato é “a melhor possível”.

“Bolsonaro terá uma grande oportunidade de fazer um balanço do seu governo, uma retrospectiva. Vai falar do momento dele passadas as eleições e do futuro do Brasil e dos brasileiros. Essa é a perspectiva para domingo”, disse o advogado, à saída do depoimento do ex-presidente na Polícia Federal, onde se calou sobre acusações que o envolvem numa tentativa de um golpe de Estado.

O PL decidiu quem serão os oradores do ato, além de Bolsonaro, e também o tempo de discurso destinado a cada um. O ex-presidente usará a palavra por

Ed Alves/CB/D.A Press



Wajngarten adiantou que ex-presidente falará por 30 minutos no ato

30 minutos e será a mais longa fala de todas.

Outros oito oradores previstos discursarão por três minutos cada. São três deputados do PL — Gustavo Gayer (GO), Nikolas Ferreira (MG) e Coronel Zucco —, e três senadores do partido: Flávio Bolsonaro (RJ), Magno Malta

(ES) e Rogério Marinho (RN). Também está previsto um discurso do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e do pastor Silas Malafaia.

No Congresso, estão sendo distribuídas pulseiras de identificação para os parlamentares interessados em acessar o

palanque onde Bolsonaro estará. O veículo será cercado e terá seguranças.

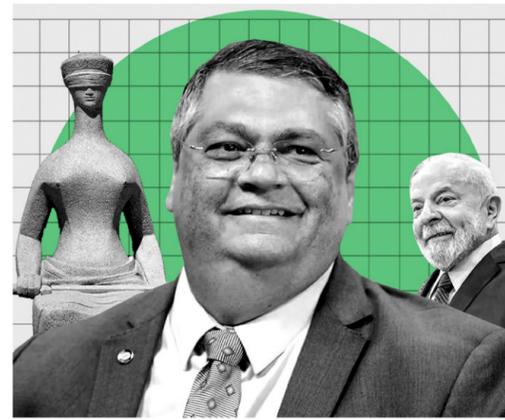
Segundo Wajngarten, também comparecerão à manifestação os governadores de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), e o de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL). Segundo ele, são esperados aproximadamente 100 deputados e de 10 a 15 senadores.

O advogado do ex-presidente afirmou que o embaixador de Israel no Brasil, Daniel Zonshine, não irá à manifestação. Wajngarten não explicou o porquê da ausência, mas a presença do diplomata certamente pioraria o atual momento entre Brasil e Israel — cujo governo considerou ofensiva a afirmação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que “o que está acontecendo na Faixa de Gaza com o povo palestino não existiu em nenhum outro momento histórico — aliás, existiu quando Hitler resolveu matar os judeus”. (Colaborou Ingrid Soares)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

Luizazedo.df@dabr.com.br



Flávio Dino amplia a interlocução de Lula com Supremo

O ex-governador e ex-senador Flávio Dino, aos 55 anos, novo ministro do Supremo Tribunal, tomou posse, ontem, na vaga de Rosa Weber. Na cerimônia, apenas falou o presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso: “Me limito a fazer uma brevíssima saudação de boas-vindas ao ministro Flávio Dino, que é uma pessoa recebida por todos nós com muita alegria”. Dino jurou cumprir a Constituição, assinou o termo de posse, depois se retirou para participar de uma missa na Catedral de Brasília. Dispensou a tradicional festa organizada pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB).

À posse minimalista, compareceram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e 900 convidados. Dino será o ministro mais político da Casa, com muita capacidade de interlocução com o Executivo e o Legislativo. A experiência na gestão dos problemas da sociedade e suas conexões com o Judiciário devem pautar sua atuação na Corte.

Se não mudar de ideia no meio do caminho, abandonando o Supremo antes dos 75 anos, como muitas vezes acontece, Dino será ministro por 19 anos. No discurso que fez ao se despedir do Senado, não descartou a volta à vida político-partidária: “Não sei se Deus me dará a oportunidade de estar novamente na tribuna do Parlamento, no Senado ou na Câmara”. Talvez tenha sido um gesto afetivo aos colegas parlamentares, mas, também, pode ter um projeto mais ambicioso, se considerarmos a sua trajetória, pois era visto como um potencial candidato à Presidência, na sucessão de Lula.

Flávio Dino de Castro e Costa (São Luís, 30 de abril de 1968) formou-se em direito pela UFMA e concluiu o mestrado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 2001. Foi auxiliar judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região e atuou como advogado. Foi juiz federal da 1ª Região de 1994 até 2006. Pediu exoneração da magistratura para se candidatar ao cargo de deputado federal pelo Maranhão, filiando-se ao PCdoB, mandato que exerceu de 2007 a 2011.

Diretor da Escola de Direito de Brasília do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP) e presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), durante o governo de Dilma Rousseff, elegeu-se governador do Maranhão em 2014, no primeiro turno. Com 63,52% dos votos válidos, obteve espetacular vitória contra o grupo político liderado por José Sarney. Reeleito em 2018, também no primeiro turno, com 59,29% dos votos válidos, trocou o PCdoB pelo PSB para se eleger senador em 2022.

Interlocutor privilegiado

Ao escolher Dino, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pôs no Supremo um político com saber jurídico e lealdade comprovada, o que aumenta a interlocução do governo junto à Corte, que já havia sido reforçada pela indicação do seu ex-advogado Cristiano Zanin. Essa interface também foi ampliada pela presença de Ricardo Lewandowski, ex-ministro da Corte, no Ministério da Justiça e Segurança Pública. Nos últimos anos, os ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli foram os principais interlocutores do Supremo com o mundo político, mas

Lula tem, agora, dois ministros de suas relações de confiança. Obviamente, há limites constitucionais e éticos para essa interlocução. O fato de que Dino era visto como potencial candidato à sucessão de Lula incomodava muito o PT. Mas não a ponto de a cúpula da legenda apostar suas fichas no ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Uma das preocupações do presidente da República é com a sobrevivência do PT após deixar o poder. A legenda abriga divergências políticas incontornáveis e rivalidades pessoais que podem comprometer seu futuro.

Dino é carismático. À frente do Ministério da Justiça, exerceu um papel destacado na crise de 8 de janeiro de 2023. Tem formação sólida e experiência jurídica para se destacar pela qualidade de suas decisões. E pode assumir um comportamento completamente diferente do estilo “bateu, levou” que havia adotado no Ministério da Justiça. Ou seja, preferir falar pelos autos e se movimentar nos bastidores da política com discrição.

Uma das características dos ministros do Supremo é o perfil de “sujeito iluminista”, o “penso, logo existo”, na qual cada integrante atua como se fosse a própria Corte. Hoje, há forte questionamento no Congresso quanto às decisões monocráticas em relação aos demais Poderes. Dino tem o perfil de “sujeito sociológico”, que plasma decisões no contexto histórico e político.

EX-MINISTRO DA JUSTIÇA EXERCEU PAPEL DESTACADO NA CRISE DE 8 DE JANEIRO. TEM EXPERIÊNCIA JURÍDICA PARA SE DESTACAR